



SENADO FEDERAL

## **REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre iniciativas adotadas no Ministério da Economia, em especial na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas (SECAP) com foco na qualidade do gasto público e na governança.

Nesses termos, questiona-se:

1. Quais são as ações adotadas no âmbito do Ministério da Economia, pela Secretaria do Tesouro Nacional, no sentido de aperfeiçoar as normas relacionadas à qualidade do gasto público?
2. Quais são as ações adotadas no âmbito do Ministério da Economia, pela Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, no sentido de aperfeiçoar as normas relacionadas à qualidade do gasto público?

## **JUSTIFICAÇÃO**

No seu âmbito de competências, a Subcomissão Temporária sobre a Qualidade dos Gastos Públicos, da Comissão de Transparência, Governança,



Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor deste Senado, vem almejando conhecer e explicitar o posicionamento do Governo Federal acerca da gestão dos recursos públicos. Em 25 de setembro, a Subcomissão realizou audiência pública com a presença do Sr. Pedro Jucá Maciel, Subsecretário de Planejamento Estratégico e Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na próxima audiência pública, por sua vez, espera-se a presença de representante da Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas do Ministério da Economia (SECAP).

No que diz respeito à implementação de uma agenda para racionalização das despesas públicas, considerando que a estratégia fiscal da STN envolve revisão dos marcos legais das finanças públicas neste País, solicitam-se informações acerca das atividades que possam estar em andamento na Secretaria e que se alinhariam aos trabalhos em desenvolvimento nesta Subcomissão.

Trata-se não apenas de iniciativas que visem a novas leis, mas também de reforço e de aperfeiçoamento dos marcos já existentes. Indaga-se quais ações vem sendo desenvolvidas nesse sentido pelo Ministério da Economia. Especificamente acerca dos temas a seguir, mas não se restringindo a eles:

- novo regime fiscal e regra de ouro;
- atualizações na Lei nº 4.320, de 1964;
- mecanismos que combatam a rigidez orçamentária;
- fortalecimento da LRF;
- implantação e definição das atribuições do Conselho de Gestão Fiscal, com papel de coordenação federativa.

Quanto à avaliação de políticas públicas, tendo em vista o Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019, busca-se esclarecer quais critérios orientam a seleção de políticas públicas a serem avaliadas, bem como eventuais propostas de alteração das políticas já avaliadas ou em monitoramento. Ainda, a correlação

entre os Guias de Avaliação de Políticas Públicas ex-ante e ex-post já editados pelo Governo Federal e os trabalhos em desenvolvimento na SECAP.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2019.

**Senadora Mara Gabrilli**  
**(PSDB - SP)**

**Presidente da Subcomissão Temporária sobre a**  
**Qualidade dos Gastos Públicos e Combate à Corrupção**



SF/19193.03261-19 (LexEdit)